

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA
16 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVADA POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR E 1 ABSTENÇÃO.
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22/06/2015.

-----Aos **dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze** reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, pelas **09h30 horas**, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1** **Apreciação e votação das atas das sessões ordinárias de: 29 de Setembro de 2014 e de 22 de Dezembro de 2014 ;**-----
- 1.2** **Informação da Correspondência;**-----
- 1.3** **Assuntos de interesse relevante para o Município.**-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA;**-----
- **PONTO 2 — 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA; 4.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 3.ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014;**-----
- **PONTO 3 — 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANOPLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2015;**-----
- **PONTO 4 — 1.º ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015;**-----
- **PONTO 5 — INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE 1 (UMA) PARCELA DE TERRENO - SITO NO LUGAR DO CARVALHAL, NA UNIÃO DE FREGUESIAS FELGAR SOUTO DA VELHA;**-----
- **PONTO 6 — APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE TORRE DE MONCORVO DO ANO DE 2014;-**
- **PONTO 7 — PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA SO SABOR - TERMINUS DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA;**-----
- **PONTO 8— EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO - 2015;**-----
- **PONTO 9— MATA DO REBOREDO - INSCRIÇÃO DO PERÍMETRO FLORESTAL DO REBOREDO NO PARCELÁRIO;**-----
- **PONTO 10— MOÇÃO EM DEFESA DA UNIDADE DE CONVALESCENÇA DE MACEDO DE CAVALEIROS;**-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----O Presidente da Assembleia, José Mário Leite, informou que por motivo de doença não pode estar presente. De acordo com o Regimento a Presidência da mesa será ocupada pela primeira secretária Cristina **Alexandra Pantaleão Trindade**. Como tal, a sessão foi presidida pela deputada **Cristina Alexandra Pantaleão Trindade**, primeira secretária, por **João Augusto Leal Leonardo**, segundo secretário e a deputada Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto. -----

-----Feita a chamada, para além dos membros que compõem a Mesa, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP	CRISTINA ALEXANDRA PANTALEÃO TRINDADE	
	JOSÉ AUGUSTO LEAL LEONARDO	
	ANTÓNIO JOSÉ FÉLIX SALGADO	
	LUÍS JOÃO FERNANDES DIAS	
	MARIA CECÍLIA MAÇORANO SARAIVA PINTO	
	MANUEL CARLOS PRADO	
	LUÍS MIGUEL MENESES MACEDO	
	PEDRO MANUEL FERREIRA PEREIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
	FRANCISCO ANTÓNIO ROQUE BRAZ	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	MÁRIO DIOGO PINHEIRO MIRANDA	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
	ANTÓNIO MANUEL MARTINS	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa
	JOSÉ CARLOS DE SÁ MENESES	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo
	ADRIANO LUÍS MENDES MARTINS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores
Partido Socialista	ANTÓNIO ALVES SALEMA	
	ANTÓNIO MANUEL LOPES	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	MAGALI ISABEL SEBASTIÃO AMADOR	
	ADEMAR AUGUSTO RODRIGUES ALVES	
	JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	ANTÓNIO JÚLIO SÁ ANDRADE	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	LUÍZ MARCELINO LOPES	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
	JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha
	ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha
	AFONSO HENRIQUE ALAGOA	Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos

-----Encontravam-se presentes **vinte e cinco** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal, verificando-se a falta das seguintes deputadas: -----

- Presidente da Assembleia, José Mário Leite que justificou a falta dentro do prazo legal e foi substituído pela deputada Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----
- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS), que não foi substituída; e-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS), que justificou a falta dentro do prazo legal e não foi substituído.-----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, e a senhora Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Ata n.º 7 da Sessão Ordinária realizada em 29 de Setembro de 2014 e ata n.º 8 da Sessão Ordinária realizada em 22 de Dezembro de 2014.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Alguém tem alguma coisa a dizer em relação à apreciação e votação das atas das reuniões de 29 de setembro de 2014 e 22 de dezembro de 2014? -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS) e **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), **António Manuel Lopes** (PS).-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. Desejar que o Sr. Presidente de Assembleia rapidamente fique bom, são os votos da bancada do PS. Quanto à ata n.º 7 de 29 de setembro de 2014, de quando fomos à Lousa, eu penso que essa ata não pode ser votada. Independentemente dos erros tudo isso aconteceu, agora esta ata tem várias lacunas, faltam intervenções, há coisas que se disse e que não estão, há coisas que não se disseram e estão, portanto eu acho que relativamente a esta ata nos limitávamos simplesmente a tomar conhecimento. Não pode ser, penso que não está em condições de ser votada. Assumir que não é erro nenhum, foi uma fatalidade, houve problemas de gravação, acho que esta ata é para tomar conhecimento. A outra ata, quanto a mim, há algumas pequenas situações que os

intervenientes podem depois verificar na ata seguinte agora, quanto a esta ata, penso que deveríamos tomar conhecimento. -----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Ora bom dia a todos. Eu especialmente não concordo. Acho que uma ata tem de existir. Agora, nós é que temos na minha opinião, de ressaltar que houve um erro técnico e que por falha técnica a ata não está completa. Essa ata vai ter de constar oficialmente desta Assembleia, tem de existir. O que se pode dizer é que por falhas técnicas, recolheu-se o possível. Nesse caso podemos não a votar mas ela tem de ir para os documentos da Assembleia.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Vamos votar as atas em separado. Diga, diga...-----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A proposta do partido socialista é que a ata exista, que tomemos é conhecimento dela.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Temos de votar em separado porque também houve pessoas que estiveram presentes numa e em outra Assembleia não. Por isso, o melhor é votar em separado. Concordam? Mais alguém quer referir algo?-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Em relação à segunda ata, há ai uma intervenção minha que não é minha, na página 11. Penso que é do António Júlio, penso eu.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. António Júlio pode-se pronunciar por favor.-----

-----**Deputado António Júlio Andrade:** Devo ter sido.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Essa alteração depois pode ser feita. Toda a gente concorda? ----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** Bem, eu também encontrei nas transcrições algumas imprecisões. Bem sei que as vezes a linguagem oral e a linguagem escrita depois pressupõe sentidos diferentes. Mas por exemplo, na página 13 houve uma altura em que eu disse: " Eu não sou fundamentalista a acreditar que a agricultura seja capaz de resolver os problemas de Moncorvo, qualquer coisa assim, e assim como não acredito que a zona transfronteiriça seja uma solução para os problemas de Moncorvo." Eu penso que aqui falta alguma coisa mas não consigo precisar.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Se não se importa depois de falar com a Dona Lúcia por favor e faz as modificações.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Eu sugeria uma coisa, é que nesta segunda ata há aqui uma série de lacunas, há aqui intervenções minhas que não me lembro de ter falado. Eu acho que era capaz de ser preferível adiar esta ata e tentava-se compor. Nem me lembro de intervir.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Se não se importarem então, já que há estas situações e é como eu digo, estamos em fase de transição, com colegas novos é normal que possa suceder este tipo de situação. Por isso mesmo deixamos este ponto para apreciar na próxima Assembleia e aqueles que consideram que houve coisas que não disseram ou que não estão todas transcritas façam o favor e falem com a Dona Lúcia para se corrigir, está bem? Concordam? Votamos então a primeira? Vamos então votar a ata da reunião de Assembleia de 29 de setembro de 2014 conforme está. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Se não há mais nada que se possa fazer. Quem é a favor do adiamento da votação? Então estamos todos de acordo e adiamos a votação para a próxima Assembleia.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Adiadas por unanimidade para a próxima reunião.** -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----Não houve intervenções.-----

-----A Presidente de Mesa deu a conhecer a correspondência recebida entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente, registada sob os números 1 a 9, inclusive, da qual se elaborou um resumo da mesma distribuído antecipadamente a todos os deputados, informando que a mesma ficaria à disposição de quem pretendesse consultá-la, da qual constavam: -----

- ✓ EMPRESA "INANIMA.PRODUCAOARTISTICA" - **Semana do Teatro em Março.** Veio dar a conhecer o trabalho da empresa a nível de produções artísticas, especializada em animações, espetáculos e teatros infantis, com o intuito de promover a animação infantil para a Semana do Teatro em Março, com a produção teatral: " Os Gnomos de Gnu, uma aventura ecológica, inspirada na obra de Umberto Eco; -----
- ✓ ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES - **XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses** - Envio de Convocatória;-----
- ✓ **IrRADIARE - FLÁVIA DUARTE** - Comunica que a IrRADIARE apoia a candidatura de investigadores interessados em utilizar os recursos disponibilizados a nível de biocombustíveis;-----

[Handwritten signature]

- ✓ **PRESIDENTE DA CPCJ DE TORRE DE MONCORVO** - Envio do Relatório de Atividades da CPCJ relativo ao ano de 2014;-----
- ✓ **PAULA PEIRÓ – EMPRESA IRRADIARE - 3.ª EDIÇÃO DAS JORNADAS EUROPEIAS** – Comunica que no próximo dia 20 de fevereiro do ano em curso, em Lisboa, se realiza a edição das Jornadas Europeias. Evento este que é organizado pela IrRADIARE e pelo ISG – Instituto Superior de Gestão, que visa abordar questões relevantes para integração de projetos nacionais no contexto europeu das Smart Cities e de Smart Development;-----
- ✓ **MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO** - Dá a conhecer a “Agenda Cultural de Torre de Moncorvo” para os meses de Janeiro, Fevereiro e Março;-----
- ✓ **DEPARTAMENTO DE “TURISMO, AÇÃO SOCIAL, AMBIENTE, CULTURA E EDUCAÇÃO” DA EMPRESA “INANIMA.PRODUCAOARTISTICA”** - Veio mais uma vez dar a conhecer o trabalho da empresa, apresentando 2 produções em anexo: “Os Gnomos de Gnu, uma aventura ecológica” inspirada na obra de Umberto Eco; e “Tomás e o Duende da Floresta”;-----
- ✓ **ANA CLÁUDIA NOVAIS – NRN LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO** - Envia o Boletim de Notícias n.º16 do Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro;-----
- ✓ **PAULA PEIRÓ – EMPRESA IRRADIARE - 3.ª EDIÇÃO DAS JORNADAS EUROPEIAS** – Comunica mais uma vez que no próximo dia 20 de fevereiro do ano em curso, em Lisboa, se realiza a edição das Jornadas Europeias e caso haja interesse em participar nas sessões basta fazer inscrição;-----
- ✓ **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO** - Inauguração do Balcão Único no dia 5 de Fevereiro de 2015, contando com a presença de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, Dr. Joaquim Pedro Cardoso da Costa.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto o deputado **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Eu quero mais uma vez alertar o Executivo para um "roubo" que está a acontecer que é a praga dos carros rastreios dos olhos, dos ossos e da audição, etc... Acho que isto está a ser uma pouca-vergonha. A senhora aparece ai estaciona a carrinha sem pedir autorização a ninguém e engana tudo e todos. Não pode ser. Porque um velhote que anda a fazer aquele rastreio prós ossos saí de lá enganado e roubado pois é tudo falso, um roubo. Isto não pode ser. Isto é um roubo descarado.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Alves Salema** (PS); -----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Muito bom dia a todos. Sem me querer meter na atividade da Assembleia Municipal, só referir que continuam à disposição dos Senhores Deputados as Pen's com a gravação das sessões, nomeadamente da reunião da Lousa. O que é verdade é que, salvo raras exceções ninguém as veio levantar. Eu pedia para o secretariado as entregar às pessoas que estiveram presentes nessa reunião, porque dessa forma conseguimos compor a ata e fica resolvido o problema. Agora não podem como da última vez, falar-se que não se ouve, que é um erro técnico, que a culpa é dos funcionários, também haverá alguma culpa dos aparelhos obviamente, mas nós fizemos tudo o que nos foi pedido, até retirar o máximo possível de efeitos de ruído que estavam na gravação mas não se consegue identificar muitas vezes as pessoas que estão a falar e o contexto em que falaram. Por isso agradecemos todos os que tiveram intervenção para no final da reunião passarem junto da Lúcia para ir buscar as Pen's que estão gravadas. Gostaria agora sim, falar de 2 ou 3 situações neste relatório. É que deixou de ser um relatório virado em grande parte para a cultura e passou a um relatório mais técnico como puderam ver. Saliento aqui a limpeza das estradas, das bermas, nomeadamente duas, a que liga o cruzamento da Açoreira ao Pocinho e a que liga o Amarelo à antiga Estrada Nacional. Essas estradas nós também vamos considera-las como estradas de vias panorâmicas e foi feita aqui alguma intervenção para estarem condignas a receber os turistas. Uma breve passagem para dizer que o Balcão Único foi inaugurado, estamos também com um Protocolo assinado sobre o Espaço do Cidadão. 1.º o Espaço do Cidadão não serve para retirar qualquer serviço que esteja no Concelho porque, incluímos nesse próprio conceito que o Estado propõe aos Municípios uma alteração negociada com o governo e, chegámos a acordo,

[Handwritten signature and scribbles]

que é: há incumprimento por parte do Estado se for retirado qualquer serviço na área do Concelho e os serviços que são implementados no Espaço do Cidadão são todos aqueles que não haja no Concelho de Torre de Moncorvo, nomeadamente IMT, ADSE, estes sei que estão garantidos, renovação de cartas de condução e esse tipo de situações. Quero também salientar aqui a importância do carácter social, nomeadamente a assinatura dos Protocolos com a "Crescer Bem", que possibilita apoiar as candidaturas para enxovais, roupa, sapatos, brinquedos até aos 8 anos de idade e uma nova cláusula que é apoiar, e quem estiver junto das crianças que se encontrem em tratamento ou internamento no hospital D. Estefânia com pequenos-almoços todos os dias e 1 vez por semana visitas de suporte emocional durante o internamento das crianças e também foi pedido para a recolha de roupa, calçado, brinquedos usados por parte do Município com a contra partida de pagar à Autarquia por quilo 0,50 cêntimos do que recolha. Dar-vos conta que está a decorrer, juntamente com a Associação de Municípios do Douro Superior o encontro de Bandas do Douro Superior. Começou dia 7 de fevereiro até ao dia 28 de fevereiro, a banda de Carviçais, Felgar, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, integrada na Festa da Amendoeira em Flor. Na Feira Medieval produtos da terra, artesanato, tasquinhas vai decorrer de 19 a 22 de março e este ano iniciamos a Festa da Amendoeira em Flor de 7 de fevereiro até 22 de março, obrigado.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Portanto, fico mais ou menos esclarecido destes 2 pontos que é a abertura do Balcão Único e o Espaço do Cidadão. Fiquei com algumas dúvidas quando falou na ADSE. Portanto, vão tratar dos problemas de todos os funcionários da ADSE, todos os problemas que tenham os funcionários públicos que tenham ADSE e que se possam tratar, primeiro ponto. Também gostava de saber aqui mais ou menos o que é que se trata da revisão do protocolo assinado entre o Município de Torre de Moncorvo com a REFER, eu penso que é a Ecopista e as instalações das antigas estações. Também gostaria de saber o que é que se passou mais pormenorizadamente com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e comissão de serviços no Protocolo do Parque Eólico de Torre de Moncorvo com vista à apresentação de rede. E em 1.º que o Sr. Ministro e a comissão de serviços para a resolução de aspetos relacionados com o Projeto Mineiro e com a sua representação ao IEE. Portanto, gostaria também que o Sr. Presidente explicasse melhor, se houve só estes serviços, eu presumo que tem tudo a ver com as Minas mas gostaria que o Sr. Presidente me esclarecesse melhor e gostaria também de perguntar se temos crianças aqui do Concelho internadas no hospital D. Estefânia.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Quanto à questão do Balcão Único, a ideia é podermos ter todas essas questões tratadas em Moncorvo. Nomeadamente eu posso vos dizer que na transição de mandato houve uma série de questões com quem se reformou, esta é uma

questão e não se conseguia resolver de forma nenhuma e teve de ser tudo em Lisboa, a ideia é passá-los para cá. A grande abrangência é que serão todas as questões ligadas com a ADSE, quando estiver a funcionar, todas. As únicas que ficam de fora é o Serviço de Finanças, Cartório Notarial e Conservatórias, IEFP e Segurança Social. São serviços que estão implementados em Torre de Moncorvo e foram retirados deste protocolo e apenas inseridos aqueles que não temos em Torre de Moncorvo. No protocolo com a REFER, como sabem, nós pagamos anualmente 26.000€ à REFER para podermos ter Canal Aberto, fomos nós que pagamos mais de 1 milhão. É que para além do investimento ainda pagamos rendas também. Ou seja, estamos a fazer com que a REFER e a CP tenham o usufruto do seu próprio património com o dinheiro que é da Câmara. Qual foi a ideia aqui, nós temos que limpar obrigatoriamente o Canal. Quando alocaram verbas do Município ao próprio trabalho de limpeza então será a contrapartida e o que fazemos é imputarmos essas despesas à própria REFER. Nós gastamos cerca de 6.000€ em limpezas. Esses 6.000€ nós pagamos obviamente, a fatura final entregamos à REFER, pagamos à REFER o montante dos 26.000€ e eles depois entregam-nos os 6.000€. O que é que nós podemos fazer agora? A Proteção Civil notificou a REFER para proceder desde lá de cima do cruzamento das Aveleiras à limpeza, por várias razões: uma porque os proprietários já têm os terrenos destruídos com os carros, outros porque é impossível entrar lá. A ideia seria também aqui, para terem uma ideia, os custos em termos de desmatção e de levantamento dos carris só na plataforma seria cerca de 80.000€, só para ficar sem perigo de incêndios. O projeto que está implementado se fosse para continuar a ecopista são cerca de 1.200.000 €. Se desses 80.000€ a REFER não tiver possibilidade de os fazer, a Câmara solicita substituir-se à REFER mas as rendas que estavam alocadas anualmente serviriam para fazer esse trabalho, ou seja, nós faríamos os trabalhos e não pagaríamos as rendas. É isso que está em cima da mesa. Quanto às reuniões com o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Ministro do Ambiente, todos os produtores, dois na parte do ferro e um na parte das eólicas, vieram à Câmara demonstrar alguns problemas que tinham, nomeadamente com a Comissão de Serviços. No caso das Eólicas a Câmara de Torre de Moncorvo e a Câmara de Carrazeda de Anciães e no caso das minas só a Câmara de Torre de Moncorvo. Reuniu-se e chegou-se a uma conclusão para saber quais são os pontos entre todos os serviços que têm de constar neste estudo de impacte ambiental. As eólicas para vos falar de prazos, está o início, se não houver problema algum nos geradores, 18, 19 e 20 são os mais próximos do rio e podem ter alguns problemas, mas se não houver nenhum problema e parece que não há, segundo me disseram na reunião, gostariam de começar a montagem em setembro. São 9, 10 meses de montagem depois de começarem. Havia a questão mais gravosa que é onde iria ficar a subestação. A solução passa por um posto de transformação que a empresa propôs perto da Foz.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento da informação escrita do Presidente da Câmara sobre a recente atividade municipal e financeira do Município.**-----

PONTO 2 — 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA; 4.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 3.ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DE 2014.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto a deputada **Magali Isabel Sebastião Amador (PS); -**

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Como sabem, quando se faz um orçamento temos de imputar a esse orçamento todas as receitas que prevemos. Há aqui 2 receitas que nós consecutivamente há cerca de 4 ou 5 anos continuamos a imputar à receita, que são receitas provenientes dos Acordos que a Câmara e bem, assinou na altura, quer com o Parque Eólico quer exploração do Ferro de Moncorvo. O que é que se fazia? As receitas não entravam mas mantinha-se o valor do orçamento. Ora, eu penso que isto não é a forma que se deve fazer. Este ponto 2 ainda é relativamente ao orçamento de 2014. Como sabem nós tivemos que aprovar até outubro de 2014 o novo orçamento sem sabermos que conclusões é que iríamos tirar até 31 de dezembro. Vocês sabem que eu sou radicalmente contra essa perspetiva que o Governo quer dar da atividade orçamental do Município, é impossível mas esta é a questão de única e exclusivamente não mexermos na despesa, mexemos sim na receita, não vamos andar aqui a mascarar orçamentos. Esta foi receita que não entrou, são cerca de 5 milhões 560 mil € em receitas que não conseguimos.-----

-----**Deputada Magali Isabel Sebastião Amador:** Muito bom dia. Só um pequeno esclarecimento relativamente a este ponto 2. No início do ponto 2, na capa da certidão diz que a Câmara Municipal deliberou com 4 votos a favor e uma abstenção da Vereadora Maria de Lurdes Mano Pontes. No que respeita ao documento, o mesmo refere que foi aprovado por unanimidade. Queria perceber esta discrepância? -----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Muito obrigado. É que o orçamento da despesa foi aprovado em 6 de dezembro de dois mil e treze por unanimidade, tal como o orçamento da receita. Tem a ver com o que foi aprovado por unanimidade, depois a revisão é que não foi aprovada por unanimidade. Nós estamos a votar documentos de plano financeiro. A previsão de ajustar aqui também, é que só foi aprovado com 4 votos a favor e 1 abstenção.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e três votos à favor e duas abstenções dos deputados *Magali Isabel Sebastião Amador (PS)* e *António Júlio Andrade (PS)* aprovar a “**3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA; 4.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 3.ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL de 2014**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 3 — 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2015.-----

-----Não houve intervenções.-----

----- **A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Esta é uma revisão que é obrigatória e potencia a Democracia Portuguesa, porque se repararem estamos aqui a falar de 96.620,00€ e que há uma diminuição/ anulação na rubrica onde a transcrição de ranking económicos, se quiserem assim, 402 e é imputado na 115. Como sabem nós para além de Consultor Financeiro agora temos um Revisor Oficial de Contas, é obrigatório. No ano passado ou há 2 anos era esta a classificação, entrava e saía pelo mesmo. Neste momento não pode ter classificação 115 mas tem de ser na 402, é só essa a situação. A verba é a mesma, saiu de uma classificação económica e passou para a outra. Não há qualquer aumento de capital ou de despesa ou receita. É uma questão de classificação Económica. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e três votos a favor e duas abstenções dos deputados *Magali Isabel Sebastião Amador (PS)* e *António Júlio Andrade (PS)* aprovar a “**1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2015**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

Handwritten initials and signature in blue ink.

PONTO 4 — 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015.

----- Não houve intervenções.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Iniciamos a reunião com o mapa de pessoal que trouxemos na última reunião. Temos aqui um problema que é inerente à função pública. As carreiras subsistentes não revistas estão integradas todas numa carreira única. Quando estivemos a fazer a análise de todas as situações na Câmara vimos que a carreira de informática não tinha um desenvolvimento correto. Ou seja, mantinham uma carreira à parte, completamente à parte não integrada na reforma que deveria ter sido feita e portanto aqui é só a situação de tornarmos legal aquilo que já estava feito. Não temos criação de qualquer posto de trabalho, não temos a diminuição de qualquer posto de trabalho.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do deputado *António Júlio Andrade (PS)* aprovar a “**1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 5 — INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE 1 (UMA) PARCELA DE TERRENO – SITO NO LUGAR DO CARVALHAL, NA UNIÃO DE FREGUESIAS FELGAR SOUTO DA VELHA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto o deputado **António Alves Salema (PS)** e o Vereador **Victor Manuel Silva Moreira**.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** O que se propõe aqui é a integração de uma área de 580 m2 que já tem saneamento realizado pela câmara. A questão é que nunca se efetivou a passagem para o domínio público e continua a ser o proprietário a utilizar o próprio terreno com as suas necessidades. A questão é, passarmos o terreno para o domínio público e acabarmos com estes casos.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Vendo o Orçamento à frente vejo o que é _____. É esta parte aqui dos 144 metros que vai ser desenvolvido porque há asfalto uma vez que temos todo o trabalho a asfalto.-----

-----**Vereador Victor Manuel Silva Moreira:** A questão de estarem os quadros da pavimentação tanto pode ser a cubos como com betaminoso, isto é uma obrigação do proprietário fazer isto junto às entradas da Estrada Nacional. E o que se pergunta aqui, por assim dizer, é se se passa este terreno que é particular para o município. Só por uma questão de custos, pode ser a faixa toda ou pode ser só as entradas da estrada nacional, isso é depois uma decisão do município.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Eu gostava de convidar os Senhores Deputados para visitar as novas instalações do balcão único.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade** aprovar a “**INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE 1 (UMA) PARCELA DE TERRENO – SITO NO LUGAR DO CARVALHAL, NA UNIÃO DE FREGUESIAS FELGAR SOUTO DA VELHA**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 6 — APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE TORRE DE MONCORVO DO ANO DE 2014.-----

-----Não houve intervenções.-----

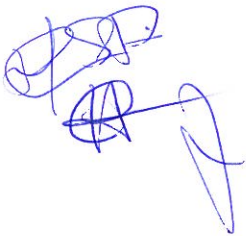
-----**A Presidente de Mesa:** Após apreciação vamos passar à aprovação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º2 do artigo 18.º da Lei n.º 147/99 deliberou por **maioria**, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do *deputado António Júlio Andrade (PS)*, **aprovar** a “**APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE TORRE DE MONCORVO DO ANO DE 2014**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 7 — PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA SO SABOR – TERMINUS DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA.-----

-----Não houve intervenções.-----



-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Este projeto de regulamento de utilização e funcionamento da ecopista já esteve em discussão pública houve apenas uma intervenção do Sr. Bata Alves. A pretensão era poder circular com a camioneta para cargas e descargas dentro da ecopista, ora isto vai contra tudo o que é espírito da ecopista que é o lazer e o turismo. Portanto, nós já tínhamos decidido isso só que não havia era um Regulamento. Desta forma levamos a reunião de Câmara foi indeferida novamente a pretensão e intimado para a colocação das barreiras porque as barreiras. A intenção qual é? É termos agora a possibilidade de a própria Câmara atuar dentro do Regulamento aprovado. Apesar de as pessoas saberem o que estava previsto, o que se queria, só havia o Regulamento de Concessão entre a REFER e a Câmara. A partir deste momento já há o Regulamento Camarário e eu espero que seja já inserido no site do Município para todos tomarem conhecimento e podermos a partir daí atuar.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 deliberou por **maioria**, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção da *deputada Magali Isabel Sebastião Amador (PS)* aprovar o **“PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA DO SABOR – TERMINUS DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA”**.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 8 — EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – 2015.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto o deputado **António Alves Salema (PS)** e o Vereador **Victor Manuel Silva Moreira**.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Antes de mais, dar-vos a conhecer a situação financeira da Câmara Municipal. Foi-vos entregue um mapa para nós conseguirmos perceber melhor este empréstimo de Tesouraria. Realçar e bem a evolução do prazo médio de pagamentos, pela 1.ª vez estamos nos 70 dias de pagamento aos fornecedores. Foi uma evolução que eu considero uma vitória e vamos ver se conseguimos até ao final do mandato, esse era o grande objetivo, chegar aos 30 dias. Como podem ver, o pior foi a 31.12.2013 e a 31.03.2014 em que tivemos os piores índices, 137 e 143 dias de atraso, isto porque foram os meses em que nós imputámos todas as faturas que estavam na Câmara Municipal e ao ser feita esta imputação obviamente que o prazo aumentou. A partir desse momento em que fizemos e colocamos em

ordem as contas e as faturas que existiam na Câmara não lançadas, a partir daí tivemos sempre a evolução decrescente 113, 92, 70. Estes dados são dados para durar. Relativamente aos empréstimos de 2015, os empréstimos são de médio e longo prazo como sabem, onde estão os 2 saneamentos financeiros, um em 2002 e o outro em 2011. Temos aqui situações que são bastante complicadas nomeadamente o mês de abril com 319.597,82€ só de encargos bancários e depois o mês de junho e o mês de dezembro. E também recordo-vos que em junho e dezembro temos um coeficiente a dobrar em termos de salários, que é o subsídio de férias e o subsídio de natal. Ou seja, há aqui 3 meses, embora os outros não nos deixem grande folga mas há 3 meses que são extremamente complicados. Se fizermos contas nós recebemos 500.000,00€ de duodécimos, se repararem basta somarmos os cerca de 200.000,00€ de salários ao que temos de pagar e vejam quanto é que nos sobra em termos de gestão. Entretanto também recordar-vos do seguinte: temos neste momento em termos de disponibilidade de Tesouraria cerca de 715.000,00€, os fundos em crédito QREN de 1 milhão 28 mil euros e temos fundos em crédito QCA de 250.000,00€. Temos um crédito sob o estado de cerca de 2 milhões e 300 mil €. Estes 2 milhões e 300.000,00€ por exemplo, o Balcão Único está a funcionar e ainda não recebemos comparticipação nenhuma, são cerca de 260.000,00€ que a Câmara suportou, já tem investidos e que ainda não recebeu, também estão aqui. O curto prazo foi liquidado totalmente, a dívida a fornecedores e empreiteiros está estabilizada em cerca de 1 milhão de euros, sendo que nesta, 850.000,00€ é o acordo que temos com a Associação de Municípios do Douro Superior e estamos a pagar ou seja, andamos aqui com cerca de 300.000,00 € de dívida, se tanto a fornecedores. Portanto, estamos numa situação que ainda é complicada em termos de Tesouraria, em termos de empréstimos a situação está mais ou menos controlada, o que nos permite dizer que se o Estado também nos pagasse nos prazos que quer que nós paguemos, andávamos aqui com cerca de 13 milhões 149 mil euros. Portanto, o que aqui vos propomos é um mero empréstimo de Tesouraria que no dia 31 de dezembro de 2015 têm de estar liquidado e é para fazer face à dificuldade nestes meses, a abril, junho e dezembro principalmente. Nós podíamos ir, se bem se recordam nos últimos anos já nos últimos mandatos tem sido sempre até aos 750.000,00€. Nós o ano passado, o empréstimo a curto prazo que fizemos pedimos também autorização à Assembleia de 750.000,00€ mil euros mas só precisamos de 400.000,00€ e foi pontualmente a 2 meses também. Portanto, agora nem vamos aos 750.000,00€ mas sim aos 500.000,00€ euros e eu espero que não tenha de utilizar-se todo esse valor mas sentimo-nos mais confortáveis nestes meses de abril, junho e dezembro. E também tem sido importante, a capacidade que temos tido de pagar a água/resíduos, a eletricidade e os transportes públicos, tem sido para nós estes 3 os grandes focos. Só para terem uma ideia, as águas andam em cerca de 1.000.000,00€ e

temos também a eletricidade com cerca de meio milhão e os transportes públicos e transportes escolares que também são cerca de 490.000,00€.

-----**Deputado António Alves Salema:** Aqui este gráfico mostra-nos que houve uma evolução dos 85 para 70 dias no prazo de pagamento, penso que é razoável pois 60 dias / 70 dias é aceitável. Tomáramos nós que todas as instituições estivessem assim. Penso que não cria grandes problemas às instituições, 60/70 dias é normal. Perguntava ao Sr. Presidente se neste empréstimo para 2015, estes valores que aqui estão escritos são capital e respetivos juros. Penso que era mais ou menos isso que eu queria perguntar.

-----**Vereador Victor Manuel Silva Moreira:** A contratação é dos 500.000,00€. Os juros só serão pagos pelo capital mobilizado, o valor da contratação não implica a utilização da verba total. Se precisarmos de 50.000,00€, de 100.000,00€ de 150.000,00€, os juros serão pagos em conformidade com o total utilizado, exclusivamente.

-----**Deputado António Alves Salema:** O que eu perguntei foi, as previsões dos empréstimos que diz, previsão dos encargos para 2015 é capital e juros?

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Sim.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 deliberou por **maioria**, com vinte e dois votos a favor e três abstenções dos deputados *Magali Isabel Sebastião Amador (PS)*, *António Manuel Lopes (PS)* e *António Júlio Andrade (PS)* **aprovar o “EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO - 2015”**.

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*

PONTO 9 — MATA DO REBOREDO – INSCRIÇÃO DO PERÍMETRO FLORESTAL DO REBOREDO NO PARCELÁRIO.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto a Vereadora **Maria da Piedade Leonardo Calheiro Meneses** e os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Meneses Macedo** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS).

-----**A Presidente de Mesa:** Tem a palavra a Vereadora Maria da Piedade Leonardo Calheiro Meneses.

[Handwritten signatures in blue ink]



-----**Vereadora Maria da Piedade Leonardo Calheiro Meneses:** Relativamente a este ponto, foi intenção do Executivo identificar as parcelas que constituem a Mata do Reboredo, o que atualmente não está a resultar e nesse sentido verificou-se o seguinte, que através desta identificação ficamos com 270.78 hectares, dos quais ainda falta solucionar 4 situações particulares que dizem respeito a cerca de 1,2 hectares. Qual foi o interesse e intenção de fazer com esta área de perímetro? Foi no fundo constituir um elemento/documento que nos permite determinar e assegurar que a área geográfica da Mata fica toda identificada. Nós tínhamos uma parte histórica já, no Município existia, em que estava determinada mas sem segurança no sistema de identificação geográfico reconhecido pelo Ministério da Agricultura e nesse sentido, embora não faça posse de terra, isto é, não represente um elemento de posse, serve no entanto como elemento de exploração. O que se verificou foi que ao longo deste tempo cerca de quase 80 hectares se perderam. É a propósito disto mesmo, que quando tivermos resolvidas estas 4 situações nos locais onde há mais pressão, sejam efetuados lençóis físicos que possam ficar para o futuro. Existem zonas de grande pressão ou com alguma pressão na manutenção desses limites.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu só gostava de saber se é possível a câmara municipal candidatar-se a ajudas comunitárias e qual é a estimativa desse valor introduzido nos cofres.-----

-----**Vereadora Maria da Piedade Leonardo Calheiro Meneses:** Neste momento, há uma das parcelas _____. Mas havia uma grande mancha no perímetro florestal que não era visível em alguns projetos. O que se pretende é ter uma mata reconhecida, com propriedade municipal que assim o é, embora a gestão seja um conjunto com o ICNE, a propriedade da Mata do Reboredo é do Município de Torre de Moncorvo e nesse sentido quem é dono e proprietário de uma área deve protegi-la e salvaguarda-la. Nesse sentido o que se pretende é reconhecer e dar a conhecer aos munícipes uma área que pode ser usufruto de todos os Moncorvenses para exercício futuro. Neste momento nós temos um projeto que está na ON 2 à espera de aprovação com uma série de atividades ligadas à conservação de árvores, com um elemento no fundo ambiental e de salvaguarda das espécies, mas neste momento ainda não sabemos. O projeto é de cerca de 200.000€ e estamos a aguardar a decisão que é toda ela constituída no perímetro da Serra do Reboredo.-----

-----**Deputado Luís Miguel Meneses Macedo:** Em relação a esse projeto tem a ver com a reflorestação. Só queria saber se vai, há ou vai haver algum projeto de reflorestação.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Existe um projeto de reflorestação que não é novo, é uma continuação. Ainda não se nota mas já está em crescimento e existe um projeto com as juntas de freguesia também, nomeadamente com a junta de freguesia de Torre de Moncorvo para reflorestar toda aquela zona da Santa Leucádia até cá em baixo. Existem 77 hectares que também com a EDP está para reflorestar. Relativamente às espécies octotones a Vereadora Piedade Meneses saberá responder.-----

-----**Vereadora Maria da Piedade Leonardo Calheiro Meneses:** _____ Foz Sabor e Foz do Douro não há área para plantação, nós não temos área para plantação. Precisamos é de muita manutenção, precisávamos de fazer limpezas, podas, etc..., isso é que está a precisar a Serra mas não havia medidas que fossem consideradas. Nós estamos à espera para ver se podemos candidatar. O projeto que está na comissão não tem nada a ver com isso. Tem a ver no fundo, com a criação de rotas, percursos pedestres Relativamente às espécies octotones temos o Carvalho, Pinheiro, Sobreiro, Pinheiro Bravo, são tudo espécies octotones.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Penso que este projeto é bom, o que me parece a mim é que a Serra do Reboredo tem vários problemas. Penso que há muitos indivíduos proprietários de terrenos que se dizem serem eles e que se foram apoderando. Acho que deve haver uma ação completa sobre esse problema. Dizem aqui que há 4 problemas, creio que haverá mais. A Serra do Reboredo merece que seja de uma vez por todas definida em termos parcelares.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Quando dizemos os 4 problemas que há, são os que estão identificados e que até não são os mais gravosos porque curiosamente são proprietários onde a extremo dos seus próprios terrenos e do perímetro são com caminhos e como são caminhos, nem uns nem outros se apropriam. Tivemos problemas com escrituras públicas que foram feitas para a captação de água, nomeadamente a que vai para Sequeiros e para a Açoreira e fomos ver e havia também replantações no mesmo sítio, com as escrituras a serem postas em causa devido às assinaturas. Tivemos situações também de plantações em que tiveram de se deslocar ao local com os técnicos para a pessoa desfazer o que estava a fazer e ainda indemnizar a câmara, ou seja, quando vos apresentamos isto já é após quase 2 anos de trabalho. Esta é a parte final, que é para quando conseguirmos ter tudo resolvido não ficarmos só pela posse mas irmos mais além e ficarmos com o registo, é isso que nós queremos fazer. Queríamos ter a situação mais ou menos resolvida e por isso só agora é que a trouxemos à Assembleia Municipal, não tínhamos controlo sequer de muitas das explorações e plantações que estavam a ser feitas. Hoje, temos essa situação controlada, temos uma série de intimações feitas a proprietários e não só, muitos dos proprietários estavam a receber

subsídios e estavam a fazer plantações e nós denunciámos essas situações, ou seja, não criámos muitos amigos com a situação da Serra do Reboredo mas não estamos para isso, estamos para resolver os problemas do município e é isso que fazemos para conseguirmos depois com o próprio registo.-----

-----**Deputado Luís João Fernandes Dias:** Coloco uma questão ao Sr. Presidente. Relativamente aos problemas de registo, eu queria perguntar o que o município está a fazer para não voltar a acontecer esse mesmo registo, se há algum procedimento instaurado ou não.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** O que estamos a fazer é exatamente isso, é conseguir justificar os terrenos para depois registarmos na Conservatória. Ou seja, o registo é isso mesmo, perante terceiros é proprietária a Câmara Municipal. Há uma coisa que acabou aqui, foram as intervenções e informações dos técnicos por post-its que caíem, voam, isso acabou.--

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 deliberou por **unanimidade** aprovar a “**MATA DO REBOREDO – INSCRIÇÃO DO PERÍMETRO FLORESTAL DO REBOREDO NO PARCELÁRIO**”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

PONTO 10 — MOÇÃO EM DEFESA DA UNIDADE DE CONVALESCENÇA DE MACEDO DE CAVALEIROS.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Meneses Macedo** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS).-----

-----**A Presidente de Mesa:** Tem a palavra o deputado António José Félix Salgado.-----

-----**Deputado António José Félix Salgado:** Ora bem, isto é só para tomar conhecimento. E há uma coisa que eu queria explicar aqui. É que havia uma Unidade de Convalescência em Macedo de Cavaleiros. Para quê essa Unidade de Convalescência? Era para aqueles doentes que eram operados e ficavam lá uns 8/9 dias e depois tinham alta. Por outro lado, havia situações em que por exemplo, doentes de ortopedia eram operados, iam para casa e o enfermeiro ia a casa. Por outro lado havia um problema, é que muitas vezes esses doentes entravam na Unidade de Convalescência e para saírem de lá é complicado porque os familiares não iam buscar. Mas, esta Moção tem uma falácia muito grande, é que não diz o que aconteceu, porque em lugar dela surgiram 8 camas de Cuidados Paliativos, ou seja, foram 8 camas que foram criadas no local dessa Unidade de Convalescência para aqueles doentes que



estão na fase terminal, casos terminais. Por isso, eu pessoalmente, acho que tem muito mais interesse uma Unidade de Paliativos do que tem a Unidade de Convalescença. São situações muito específicas. -----

-----**Deputado António Alves Salema:** Esta moção diz respeito a Macedo de Cavaleiros, eles lá sabem porquê, foi aprovada por unanimidade. Eu conheço um pouco o que se passava anteriormente porque infelizmente tive lá a minha falecida mãe 30 dias hospitalizada, com problemas de ortopedia, foi bem tratada, tinha condições e foi do hospital de Bragança para Macedo a não andar, foi operada e saiu ao fim de 30 dias, porque efetivamente só podia lá estar 30 dias, veio para casa mas veio a andar. Portanto, se o Dr. Salgado me diz que esta situação é extraordinária e é para melhor, ele é médico, conhece bem isso, mas eu penso que até não colocarem outros serviços para a substituir, foi mau fechar esta unidade. -----

-----**Deputado Luís Miguel Meneses Macedo:** É só acrescentar que concordo com o Dr. Salgado, temos consciência que temos um país já extremamente envelhecido e uma criança nasce e precisa de cuidados específicos, tem de ser acompanhada diariamente até ser praticamente independente. Era também importante começar, mais vale tarde do que nunca a tentar investir nessas condições paliativas. Temos de nos preocupar cada vez mais com a nossa população envelhecida. Os filhos estão longe, não têm quem tome conta deles, vão para os hospitais, ficam abandonados, têm de ir para casa, ir para um lar já custa dinheiro, e hoje em dia não temos condições para tomar conta dos nossos velhos e era isso que eu tinha a acrescentar, só.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, tomou conhecimento.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----Não houve intervenções.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

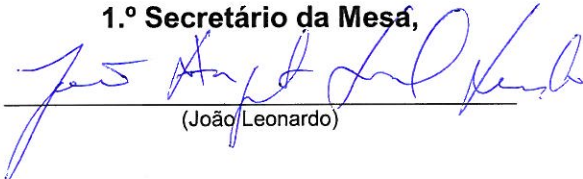
-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às **11h20m** deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

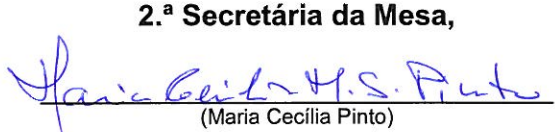
A Presidente da Mesa,


(Cristina Trindade)

1.º Secretário da Mesa,


(João Leonardo)

2.ª Secretária da Mesa,


(Maria Cecília Pinto)